LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018 -

Renata Santiago Pugliese

Procuradora do Estado
Membro da Comissão Estadual de Acesso à Informação
rpugliese@sp.gov.br

Qual a proteção atual no âmbito da Administração Pública? Lei de Acesso à Informação!

- Publicidade como preceito geral e sigilo como exceção (art. 3º, I, LAI);
- Preocupação central com a divulgação da informação, visando o desenvolvimento da cultura da transparência e do controle social da administração pública (art. 3º, IV e V, LAI);
- Dever do Estado de **proteger** a informação pessoal e sigilosa.

Informação pessoal na LAI

Aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável

Restrição de acesso: respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais

Ex.: endereço residencial e eletrônico; número do telefone; informações médicas e sociais; informações financeiras (sigilo bancário e fiscal); informações sobre relacionamentos amorosos; preferências pessoais; divulgação de fotos e dados biométricos.

Informações relativas a servidores públicos: ausência de restrição à divulgação de remuneração (Suspensão de Segurança nº 3902/SP)

Proteção da informação pessoal

Art. 31, LAI. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu **acesso restrito**, independentemente de classificação de sigilo e pelo **prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção**, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter **autorizada sua divulgação** ou **acesso por terceiros** diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

Acesso por terceiros

Art. 31, LAI.

§ 3º **O consentimento** referido no inciso II do § 1º **não será exigido** quando as informações forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial;

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante. ■

➤ Não basta a mera alegação! **O enquadramento do pedido nas exceções legais**, em especial o nexo entre as informações solicitadas e o direito que se pretende proteger, **deve ser demonstrado**.

Outras leis aplicáveis

- Lei de Proteção dos Usuários dos serviços públicos (Lei nº 13.460/2017)

Art. 6º São direitos básicos do usuário:

II - acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no [inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal](#) e na [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#);

IV - proteção de suas informações pessoais, nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#);

Outras leis aplicáveis

▪ Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e **ao usuário são assegurados os seguintes direitos:**

VII - **não fornecimento a terceiros de seus dados pessoais**, inclusive registros de conexão, e de acesso a aplicações de internet, salvo mediante consentimento livre, expresso e informado ou nas hipóteses previstas em lei;

VIII - **informações claras e completas sobre coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção de seus dados pessoais**, que somente poderão ser utilizados para finalidades que:

a) justifiquem sua coleta;

b) não sejam vedadas pela legislação; e

c) estejam especificadas nos contratos de prestação de serviços ou em termos de uso de aplicações de internet;

IX - **consentimento expresso** sobre coleta, uso, armazenamento e tratamento de dados pessoais, que deverá ocorrer de forma destacada das demais cláusulas contratuais;

X - **exclusão definitiva dos dados pessoais** que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, **a seu requerimento**, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Tratamento de dados pessoais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. (art. 1º)

Art. 5º.

X - **tratamento**: TODA OPERAÇÃO REALIZADA COM DADOS PESSOAIS, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Conceito central: autodeterminação informativa

O Consentimento do titular dos dados deve ser **informado!**

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

Princípios

Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

Adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.

Âmbito de incidência

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional;

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§ 1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

Âmbito de incidência

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;

II - realizado para fins exclusivamente:

a) jornalístico e artísticos; ou

b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;

III - realizado para fins exclusivos de:

a) segurança pública;

b) defesa nacional;

c) segurança do Estado; ou

d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou

IV – [omissão]

§ 4º Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados de que trata o inciso III do caput deste artigo poderá ser tratada por pessoa de direito privado.

Tipos de dados pessoais

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (conceito adotado pela Lei de Acesso à Informação);

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Requisitos para o tratamento da informação

Dados pessoais	Dados pessoais sensíveis
Fornecimento de consentimento pelo titular	quando o titular ou seu responsável legal consentir, <u>de forma específica e destacada</u> , para finalidades específicas
	QUANDO FOR INDISPENSÁVEL A UMA DAS SEGUINTE FINALIDADES:
cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador	cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador
pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos <u>ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei</u>	tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos

Requisitos para o tratamento da informação

Dados pessoais	Dados pessoais sensíveis
para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais	realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis
quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, <u>a pedido do titular dos dados</u>	
para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 [lei de arbitragem]	exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 [lei de arbitragem]

Requisitos para o tratamento da informação

Dados pessoais	Dados pessoais sensíveis
para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro	proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro
para a tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias	tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias
para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro	
quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro , exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.	

Requisitos para o tratamento da informação

Dados pessoais	Dados pessoais sensíveis
quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro , exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.	
para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.	
	garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Consentimento Informado

Quais são as características do consentimento informado? (artigo 8º e 9º)

1. Por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular;
-> *Se fornecido por escrito, deve constar de cláusula destacada das demais cláusulas contratuais.*
2. Cabe ao controlador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto nesta Lei;
3. O consentimento deve ter finalidade determinada. As autorizações genéricas serão consideradas nulas ;
4. O consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado.

Consentimento Informado

5. O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que devem ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva, em especial sobre:

- finalidade específica do tratamento;
- forma e duração do tratamento;
- identificação do controlador;
- informações sobre eventual uso compartilhado;
- indicação dos direitos do titular, previstos em lei (art. 18 da Lei)

Se as informações acima mencionadas tiverem conteúdo enganoso ou abusivo, o consentimento será considerado nulo.

6. O titular pode opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto na Lei (artigo 18, §2º).

E se for dado pessoal sensível?

- O titular deve ser informado das hipóteses em que o tratamento de dados será admitido.
- Deverá ser dada publicidade à dispensa do consentimento.

Requisitos para o tratamento da informação

Se o acesso aos dados for público: deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização. (art. 7º, §3º)

Se o titular tornar os dados manifestamente públicos: fica dispensada a exigência do consentimento, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos na Lei. (art. 7º, §4º)

Se o controlador que obteve o consentimento necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores **deverá obter consentimento específico do titular para esse fim**, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas na Lei.

Dados anonimizados e “acesso seguro”

Art. 12. Os **dados anonimizados** não serão considerados dados pessoais para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

§ 2º Poderão ser igualmente considerados como dados pessoais, para os fins desta Lei, **aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural**, se identificada.

Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, **que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro**, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas.

Dados pessoais de crianças e adolescentes

Art. 14. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente.

§ 1º O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o **consentimento específico e em destaque** dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

§ 2º No tratamento de dados de que trata o § 1º deste artigo, **os controladores deverão manter pública a informação** sobre os **tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos** a que se refere o art. 18 desta Lei.

§ 6º As informações sobre o tratamento de dados referidas neste artigo deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, com uso de recursos audiovisuais quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao responsável legal e adequada ao entendimento da criança.

Término do tratamento de dados

Art. 15. [...]

I - verificação de que a **finalidade foi alcançada** ou de que os **dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade** específica almejada;

II - **fim do período** de tratamento;

III - **comunicação do titular**, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no § 5º do art. 8º desta Lei, resguardado o interesse público; ou

IV - **determinação da autoridade nacional**, quando houver violação ao disposto nesta Lei.

Eliminação dos dados

Art. 16. Os dados pessoais serão eliminados **após o término de seu tratamento**, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

- I - **cumprimento de obrigação legal ou regulatória** pelo controlador;
- II - **estudo por órgão de pesquisa**, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- III - **transferência a terceiro**, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou
- IV - **uso exclusivo do controlador**, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

Direitos do titular

Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos desta Lei.

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados, correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados e eliminação dos dados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;
- portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa;
- informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

Direitos do titular

Art. 20. O titular dos dados tem direito a solicitar revisão, por pessoa natural, de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, inclusive de decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

§ 1º O controlador deverá fornecer, sempre que solicitadas, informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada, observados os segredos comercial e industrial.

§ 2º Em caso de não oferecimento de informações de que trata o § 1º deste artigo baseado na observância de segredo comercial e industrial, a autoridade nacional poderá realizar auditoria para verificação de aspectos discriminatórios em tratamento automatizado de dados pessoais.

Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público

Deverá ser realizado **para o atendimento de sua finalidade pública**, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, desde que:

A) **sejam informadas as hipóteses em que**, no exercício de suas competências, **realizam o tratamento de dados pessoais**, fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos;

B) **seja indicado um encarregado quando realizarem operações de tratamento de dados pessoais**, nos termos do art. 39 desta Lei.

- Subsiste a necessidade de cumprir a LAI (art. 23, §2º)

Compartilhamento de dados pessoais

Coleta de dados: formato interoperável e estruturado

Art. 25. Os dados deverão ser mantidos em **formato interoperável e estruturado** para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.

Uso compartilhado de dados pelo Estado

Art. 26. O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º desta Lei.

§ 1º É vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto:

I - em casos de **execução descentralizada de atividade pública** que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 \(Lei de Acesso à Informação\)](#);

III - nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente, observadas as disposições desta Lei.

Compartilhamento de dados pessoais

Disponibilização de dados a terceiros: procedimento formal

Art. 27. A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado **será informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular, exceto:**

I - nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas nesta Lei;

II - nos casos de **uso compartilhado** de dados, em que será dada publicidade nos termos do inciso I do caput do art. 23 desta Lei [titular dos dados deve ser informado sobre a finalidade e procedimentos para tratamento dos dados]; ou

III - nas **exceções constantes do § 1º do art. 26 desta Lei.**

E as exceções ao consentimento previstas na LAI? Subsistem diante da nova Lei?

Responsabilização

Responsabilidade Civil

Art. 42. O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

Responsabilização

Responsabilidade Administrativa

Art. 52. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional:

- I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- II - multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;
- III - multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II;
- IV - publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;
- V - bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
- VI - eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.

- A Administração Pública não está sujeita às multas previstas nos incisos II e III.
- O regime sancionatório da LGPD não afasta o previsto na LAI.

Obrigada!